



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Ação Civil Coletiva 0100817-09.2017.5.01.0201

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 13/04/2017

Valor da causa: R\$ 40.000,00

Partes:

AUTOR: SIND TRAB IND CONST CIVIL LAD HID MARM GRAN MANUT MONT LIMP IND CONST ESTR PAV OBRAS TERRAPL GERAL MOB JUNCO VIME DUQUE DE CAXIAS RJ
ADVOGADO: ARISTOTELES DANTAS FORMIGA

ADVOGADO: denilson prata da silva

ADVOGADO: Jose Freire da Silva

ADVOGADO: KARINA VIANA DE FREITAS FALLEIRO

ADVOGADO: HERNANDES PEREIRA DE SOUZA JUNIOR

ADVOGADO: Sonia Cristina Fernandes de Moraes

ADVOGADO: CARLOS AMERICO RODRIGUES COUTO

ADVOGADO: SARA ALMEIDA DA SILVA VIEIRA

RÉU: FORMAS ALIANCA E EQUIPAMENTOS PARA CONST CIVIL LTDA

ADVOGADO: CINTYA LIA AREAS CARNEVALE JACINTHO

RÉU: JOAO EMILIO YUNES NOGAROL

ADVOGADO: GABRIELE BARROS PERRETT

ADVOGADO: CINTYA LIA AREAS CARNEVALE JACINTHO

ADVOGADO: SAMUEL CABRAL BOURGUIGNON

RÉU: HEDEQUIAS NOGAROL

ADVOGADO: GABRIELE BARROS PERRETT

ADVOGADO: CINTYA LIA AREAS CARNEVALE JACINTHO

ADVOGADO: SAMUEL CABRAL BOURGUIGNON

RÉU: HEDEQUIAS YUNES NOGAROL

TERCEIRO INTERESSADO: PIIMO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP

TERCEIRO INTERESSADO: LAFEM ENGENHARIA LTDA

TERCEIRO INTERESSADO: TAO VILA COMERCIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

TERCEIRO INTERESSADO: MOZAK ENGENHARIA BETA LTDA

TERCEIRO INTERESSADO: SPE LMA 9 EMPREENDIMENTOS LTDA



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1^a REGIÃO
1^a VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS**

Av. Brigadeiro Lima e Silva, nº. 1576, Duque de Caxias/RJ, CEP: 25071-182
E-mail: vt01.dc@trt1.jus.br

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O Dr. **MUNIF SALIBA ACHOCHE**, Juiz Titular da 1^a Vara do Trabalho de Duque de Caxias, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER**, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que será realizado leilão, na modalidade **ELETRÔNICO**, através do www.rioleilos.com.br, na seguinte forma:

1º LEILÃO: 24/02/2026, com encerramento às 13:00 horas, pelo valor da avaliação.
2º LEILÃO: 24/02/2026, com encerramento às 14:00 horas, excetuando-se o preço vil, considerado para tal o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, exceto nos casos onde há reserva de meação ou copropriedade. Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais, serão acrescidos 03 minutos para o término, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado.

REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão.

LEILOEIRO OFICIAL: Renato Guedes Rocha, JUCERJA sob nº. 211/2015, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais www.leilosjudiciais.com.br.

AUTOS Nº. 0100817-09.2017.5.01.0201 - AÇÃO CIVIL COLETIVA

RECLAMANTE: SIND TRAB IND CONST CIVIL LAD HID MARM GRAN MANUT MONT LIMP IND CONST ESTR PAV OBRAS TERRAPL GERAL MOB JUNCO VIME DUQUE DE CAXIAS RJ

RECLAMADOS: FORMAS ALIANÇA E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA (CNPJ: 00.117.965/0001-69), HEDEQUIAS NOGAROL (CPF: 154.902.897-91), HEDEQUIAS YUNES NOGAROL (CPF: 074.549.087-56), JOÃO EMÍLIO YUNES NOGAROL (CPF: 099.220.537-99)

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Estrada da Gávea, nº 640, São Conrado, Rio de



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1^a REGIÃO
1^a VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS**

Av. Brigadeiro Lima e Silva, nº. 1576, Duque de Caxias/RJ, CEP: 25071-182
E-mail: vt01.dc@trt1.jus.br

Janeiro/RJ.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Direito de Ação que o executado possui sobre a Sala nº 304, do Edifício situado na Estrada da Gávea, nº 640, São Conrado, Rio de Janeiro/RJ, e sua correspondente fração ideal de 0,0221321520 do respectivo terreno, que mede 14,43m de frente; 20,00m de fundos onde faz testada para a Rua João Leopoldo; 45,64m à direita; 41,74m à esquerda. Obs.: A sala esta vazia. Imóvel matriculado sob nº 97.306, no Cartório de Registro de Imóveis 2º Ofício do Rio de Janeiro/RJ.

AVALIAÇÃO TOTAL: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em 09 de outubro de 2025.

LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). “No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão”.

DEPOSITÁRIO: Não informado.

ÔNUS: Indisponibilidade nos autos nº 0000881-53.2017.5.07.0036, da 2^a Vara do Trabalho de Caucaia/CE; Indisponibilidade nos autos nº 0100712-60.2018.5.01.0051, da 51^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100026-87.2017.5.01.0056, da 56^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101289-16.2018.5.01.0026, da 26^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100219-74.2018.5.01.0054, da 54^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101657-26.2016.5.01.0016, da 16^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101548-92.2016.5.01.0054, da 54^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100860-92.2017.5.01.0023, da 23^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0011407-84.2015.5.01.0014, da 14^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101645-10.2015.5.01.0243, da 3^a Vara do Trabalho de Niterói/RJ;



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1^a REGIÃO
1^a VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS**

Av. Brigadeiro Lima e Silva, nº. 1576, Duque de Caxias/RJ, CEP: 25071-182

E-mail: vt01.dc@trt1.jus.br

Indisponibilidade nos autos nº 0100110-12.2017.5.01.0243, da 3^a Vara do Trabalho de Niterói/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100008-09.2019.5.01.0020, da 20^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101170-41.2016.5.01.0021, da 21^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100259-20.2018.5.01.0066, da 66^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100024-92.2017.5.01.0032, da 32^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100600-80.2017.5.01.0066, da 66^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101998-53.2016.5.01.0048, da 48^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101171-34.2017.5.01.0007, da 7^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100545-63.2018.5.01.0012, da 12^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101015-72.2017.5.01.0063, da 63^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101733-93.2017.5.01.0055, da 55^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0000938-47.2018.5.13.0011, da Vara do Trabalho de Patos/PB; Indisponibilidade nos autos nº 0101182-12.2018.5.01.0045, da 45^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101108-78.2016.5.01.0060, da 60^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101578-59.2016.5.01.0012, da 12^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100060-87.2017.5.01.0080, da 80^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101993-78.2017.5.01.0021, da 21^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0102233-09.2017.5.01.0202, da 2^a Vara do Trabalho de Duque de Caxias/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100002-02.2019.5.01.0020, da 20^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Penhora nos autos nº 0100020-77.2018.5.01.0078, da 78^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0102018-17.2017.5.01.0078, da 78^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100003-91.2017.5.01.0008, da 8^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0011798-35.2015.5.01.0080, da 80^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101878-89.2016.5.01.0054, da 54^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Penhora nos autos nº 0100045-67.2018.5.01.0021, da 21^a Vara do



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS**

Av. Brigadeiro Lima e Silva, nº. 1576, Duque de Caxias/RJ, CEP: 25071-182

E-mail: vt01.dc@trt1.jus.br

Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Penhora nos autos nº 0100025-97.2018.5.01.0014, da 14ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100191-71.2018.5.01.0001, da 1ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101355-48.2017.5.01.0020, da 20ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100133-20.2019.5.01.0038, da 38ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101977-40.2017.5.01.0049, da 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100049-75.2018.5.01.0063, da 63ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101225-08.2017.5.01.0069, da 1ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101037-70.2016.5.01.0062, da 62ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0011752-17.2014.5.01.0004, da 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade e Penhora nos autos nº 0100929-10.2020.5.01.0027, da 27ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0001096-16.2012.5.01.0054, da 54ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100759-65.2017.5.01.0052, da 52ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101480-45.2016.5.01.0054, da 54ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100613-74.2017.5.01.0003, da 3ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100490-07.2017.5.01.0026, da 26ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0011407-84.2015.5.01.0014, da 14ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101948-79.2016.5.01.0451, da 2ª Vara do Trabalho de Itaboraí/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101037-70.2016.5.01.0062, da 62ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0001841-54.2018.5.22.0004, da 6ª Vara do Trabalho de Teresina/PI; Ajuizamento de Ação nº 0035157-91.2017.8.19.0209, da 3ª Vara Cível Regional da Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100716-30.2017.5.01.0020, da 20ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101315-13.2016.5.01.0243, da 3ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0011607-58.2015.5.01.0025, da 25ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Penhora nos autos nº 5013065-70.2021.4.02.5101, da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ;



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1^a REGIÃO
1^a VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS**

Av. Brigadeiro Lima e Silva, nº. 1576, Duque de Caxias/RJ, CEP: 25071-182

E-mail: vt01.dc@trt1.jus.br

Indisponibilidade nos autos nº 0011407-84.2015.5.01.0014, da 4^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101949-21.2016.5.01.0045, da 45^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Penhora nos autos nº 0100485-71.2020.5.01.0028, da 10^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101960-04.2016.5.01.0028, da 28^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101225-08.2017.5.01.0069, da 69^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101989-58.2017.5.01.0080, da 80^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100716-02.2017.5.01.0020, da 20^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101664-94.2016.5.01.0023, da 23^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101329-91.2016.5.01.0050, da 50^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0101054-20.2017.5.01.0047, da 47^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0100003-91.2017.5.01.0008, da 8^a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ; Penhora nos autos nº 5101969-66.2021.4.02.5101, da 8^a Vara Federal de Execução Fiscal do Janeiro/RJ. Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária.

Quem pretender arrematar ditos bens deverá ofertar lances pela Internet, através do www.rioleiloes.com.br, efetuarem cadastramento prévio, no prazo máximo de 24h antes do leilão, confirmarem os lances e recolherem a quantia respectiva na data designada para a realização da praça, para fins de lavratura do termo próprio, ficando ciente de que os arrematantes deverão depositar à disposição do Juízo o valor da arrematação, via depósito Judicial, no prazo estabelecido, seguindo as demais regras da forma de pagamento escolhida para cada arrematação.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1^a REGIÃO
1^a VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS**

Av. Brigadeiro Lima e Silva, nº. 1576, Duque de Caxias/RJ, CEP: 25071-182

E-mail: vt01.dc@trt1.jus.br

No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado ou não tiver expediente forense, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital.

BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN. Débitos Tributários (IPVA, DPVAT, multas, licenciamento e demais taxas), serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973).

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloaria e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1^a REGIÃO
1^a VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS**

Av. Brigadeiro Lima e Silva, nº. 1576, Duque de Caxias/RJ, CEP: 25071-182

E-mail: vt01.dc@trt1.jus.br

Por este motivo, não cabe nenhuma responsabilização deste(a) profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

MEAÇÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo MM. Juízo Comitente.

Tratando-se de bem imóvel, urbano ou rural, e veículos, o interessado em adquiri-lo em prestações poderá apresentar proposta de parcelamento, conforme as seguintes condições:

O pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições: **I - Imóveis:** O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses; **II - Veículos:** O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 6 (seis) meses; **III - Imóveis e veículos:** As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada; **IV - Imóveis e veículos:** Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1^a REGIÃO
1^a VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS**

Av. Brigadeiro Lima e Silva, nº. 1576, Duque de Caxias/RJ, CEP: 25071-182

E-mail: vt01.dc@trt1.jus.br

monetária da IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; **V - Caução para imóveis:** Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação; **VI - Caução para veículos:** A garantia será prestada por meio de caução idônea, a qual ficará condicionada à prévia análise, aceitação e homologação pelo juízo competente. Na hipótese de não apresentação de caução considerada idônea, ou caso esta não seja aceita pelo juízo, a expedição da Carta de Arrematação e a imissão na posse do bem somente ocorrerão após a comprovação do pagamento integral dos valores da arrematação. **Consideram-se exemplos de caução idônea:** a) Seguro garantia e Fiança bancária, valor suficiente para segurar o saldo devedor da arrematação; e b) Imóvel em nome do arrematante ou de terceiro, com valor declarado igual ou superior a três vezes o valor da arrematação. **ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA:** No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. **OBS.: Sobre direito de preferência - lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado, o que não interfere na continuidade da disputa.**

Observação: O valor mínimo da avaliação do bem para que o parcelamento seja autorizado, deverá ser de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

A primeira prestação vencerá 30 dias depois da arrematação e as demais, sucessivamente, independente da emissão da carta de arrematação. Não sendo dia útil, prorroga-se o pagamento para o primeiro dia útil seguinte.

O valor correspondente a 25% será considerado caução, ficando sujeito a perda em caso de atraso no pagamento de 03 prestações.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1^a REGIÃO
1^a VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS**

Av. Brigadeiro Lima e Silva, nº. 1576, Duque de Caxias/RJ, CEP: 25071-182

E-mail: vt01.dc@trt1.jus.br

O registro da hipoteca judiciária sobre o bem deverá ser formalizado no prazo de 30 dias após a data da arrematação. Sendo que, após o pagamento de todas as prestações, ficam a cargo do arrematante as despesas cartorárias para levantamento do registro.

Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição de registro de cadastro de proteção ao crédito.

Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pelo Leiloeiro Oficial para o ajuste de proposta, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando esta não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

Fixa-se os honorários do leiloeiro oficial, pelo ato praticado em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, que deverão ser pagos pelo arrematante, para que não se alegue prejuízo das partes no processo de execução. Cientes também, que no ato do pagamento, remição ou acordo entre as partes, serão cobrados os serviços do Leiloeiro, na proporção de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação. Em caso de adjudicação, os honorários ficam por conta do adjudicante. Os valores em questão serão fixados na(s) avaliação(ões) e deverão ser incluídos na guia de depósito ou no Termo de Conciliação.

Em caso de remição, acordo ou pagamento após a realização do leilão, fará jus o leiloeiro ao percentual de 5% sobre o valor da arrematação, à ser pago pelo Executado, conforme previsão contida no artigo 7º, parágrafo 3º da Resolução 236 do Conselho Nacional de Justiça.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1^a REGIÃO
1^a VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS**

Av. Brigadeiro Lima e Silva, nº. 1576, Duque de Caxias/RJ, CEP: 25071-182

E-mail: vt01.dc@trt1.jus.br

As demais despesas do leilão e demais ônus (impostos e taxas em geral), suportadas pelo leiloeiro na alienação dos bens móveis e imóveis correm por conta do arrematante/remitente, nos casos em que houver arrematação ou remição, respectivamente. Ficam cientes os interessados de que arcarão com os impostos, encargos e taxas para o devido registro.

Eventuais ônus tributários, bem como débitos condominiais que recaiam sobre os imóveis serão sub-rogados sobre o preço da arrematação, conforme o art. 130 do CTN, observado o contido no art. 187 do mesmo diploma legal. Aplicável analogicamente ao IPVA, conforme decisão no AgRg no Resp 1322191/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/2012, DJe 26/09/2012. No caso de veículos, o arrematante não arcará também com IPVA e multas de trânsito eventualmente existentes sobre estes bens até a data da arrematação, em face da natureza originária da aquisição, e na forma dos parágrafos 9º e 10º do artigo 328, do Código de Trânsito Brasileiro, bem como em face de seu caráter personalíssimo.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no www.rioleilos.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDICÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a**



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1^a REGIÃO
1^a VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS**

Av. Brigadeiro Lima e Silva, nº. 1576, Duque de Caxias/RJ, CEP: 25071-182

E-mail: vt01.dc@trt1.jus.br

exercer o direito de preferência. Respeitadas as regras do DIREITO DE PREFERÊNCIA, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao TERCEIRO, se desejar, no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados, exercer o direito de preferência, ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4^a Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

O Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados.

O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolso, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

Ficam desde logo intimados os RECLAMADOS FORMAS ALIANÇA E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, na pessoa de seus respectivos Representantes Legais, HEDEQUIAS NOGAROL, HEDEQUIAS YUNES NOGAROL, JOÃO EMÍLIO YUNES NOGAROL, e seu cônjuge se casado for, das datas acima, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1^a REGIÃO
1^a VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS**

Av. Brigadeiro Lima e Silva, nº. 1576, Duque de Caxias/RJ, CEP: 25071-182

E-mail: vt01.dc@trt1.jus.br

Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Duque de Caxias/RJ, 17 de novembro de 2025.

Eu, _____, Diretora de Secretaria, que o fiz digitar e subscrevi.

**MUNIF SALIBA ACHOCHE
JUIZ DO TRABALHO**

